

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Nº 28

UM PERFIL DAS EMPRESAS ATRAÍDAS PELO FDI NO PERÍODO 2001-2006

Paulo Araujo Pontes
Pedro Jorge Ramos Vianna
Marcos Costa Holanda

Fortaleza
Dezembro /2006

Textos para Discussão do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Lúcio Gonçalo de Alcântara – Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)

Vicente Cavalcante Fialho – Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Marcos Costa Holanda – Diretor-Geral

Pedro Jorge Ramos Vianna – Diretor de Estudos Setoriais

Antônio Lisboa Teles da Rosa – Diretor de Estudos Sociais

A Série Textos para Discussão do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), tem como objetivo a divulgação de trabalhos elaborados pelos servidores do órgão, que possam contribuir para a discussão de diversos temas de interesse do Estado do Ceará.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

End.: Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora

Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N – Edifício SEPLAN – 2º andar

60830-120 – Fortaleza-CE

Telefones: (85) 3101-3521 / 3101-3496

Fax: (85) 3101-3500

www.ipece.ce.gov.br

ipece@ipece.ce.gov.br

SUMÁRIO

- 1 INTRODUÇÃO, 5
- 2 O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (FDI), 6
- 3 BASE DE DADOS, 8
- 4 LOCALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS, 9
- 5 INVESTIMENTOS POR SETOR, 12
- 6 OS INVESTIMENTOS POR DESTINO, 14
- 7 OS INVESTIMENTOS POR ORIGEM, 17
- 8 O PERFIL DAS EMPRESAS INCENTIVADAS, 19
- 9 CONCLUSÃO, 20
- 10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 21

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do Ceará tem motivado a adoção de diversas políticas públicas que almejam tal fim. Dentre os instrumentos escolhidos, para a promoção do desenvolvimento, especial destaque foi dado àquele de incentivo ao desenvolvimento industrial.

Neste sentido, em 1979, foi criado o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI), que dotava o Estado de um instrumento legal para incentivar as atividades deste segmento econômico. Desde então, o Governo do Estado vem promovendo alterações no FDI, sendo a última realizada no ano de 2003, por meio dos decretos nº 27.039 e 27.040.

É interessante observar que o decreto nº 27.040 estabelecia, pela primeira vez, a criação de um mecanismo de acompanhamento e avaliação do FDI, cuja responsabilidade foi atribuída ao Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Como resultado desta nova postura, em 2005, foi elaborado um documento realizando uma primeira análise desta importante política, compreendendo o período de janeiro de 2003 a dezembro de 2004.

Dada à importância da referida política, para o desenvolvimento do Ceará, não se pode pretender que uma única peça encerre todo o debate sobre o tema. Assim, neste ensaio pretende-se continuar a discussão iniciada em 2005. Note-se que o principal objetivo aqui será traçar o perfil dos investimentos atraídos pelo FDI para o Estado do Ceará.

Neste sentido, este trabalho está organizado em nove tópicos, sendo o primeiro esta introdução. O segundo é descrito um breve histórico do FDI. O terceiro aborda alguns procedimentos metodológicos adotados. No quarto é analisada a distribuição espacial dos investimentos atraídos. Em seguida, aborda-se a divisão setorial dos investimentos. No sexto tópico é realizada uma análise da distribuição espacial por setor dos investimentos atraídos. No sétimo tópico analisa-se a origem dos investimentos atraídos. No tópico seguinte aborda o porte das empresas atraídas. O último tópico conclui este ensaio.

2 O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (FDI)

O FDI foi criado em 1979, pela Lei nº 10.367 sancionada pelo governador Virgílio Távora, dotando o Estado do Ceará de um instrumento legal para a concessão de incentivos às empresas industriais que investissem no Estado.

As principais formas de incentivo previstas pela referida legislação eram a concessão de empréstimos de médio e longo prazo, aquisição de ações, debêntures ou títulos outros emitidos por empresas industriais e subsídio de encargos financeiros para empresas com sede no Ceará.

Paralelamente foram criados, desde a década de 1980, programas que utilizariam os recursos disponibilizados por este Fundo, destacando-se o Programa de Atração de Investimentos de Empresas Industriais (PROVIN), que tem origem ainda no início da década de 1980.

Em 1989, o PROVIN foi reformulado e passou a conceder, como principal forma de incentivo, um empréstimo sobre o ICMS arrecadado pelas empresas incentivadas¹. Estes recursos deveriam ser pagos no prazo de 36 meses e eram corrigidos pela metade do IPC. A duração deste incentivo seria de 72 meses.

Nova reformulação dos incentivos foi implementada no ano de 1993, sendo a principal mudança observada a ampliação dos incentivos para empresas localizadas além da RMF².

Em 1995 registra-se outra reformulação, quando se adotou a lógica dos raios econômicos, ou seja, quanto mais distante da RMF fosse instalada a empresa industrial, maiores seriam os incentivos, conforme está descrito no Quadro 1. Esta nova formulação foi motivada pela preocupação de alavancar o desenvolvimento dos municípios fora da RMF.

¹ Para empresas localizadas na RMF, este empréstimo seria de 60% do ICMS a ser recolhido e de 75% para as localizadas fora da RMF. Os maiores incentivos concedidos para os estabelecimentos localizados além da RMF eram justificados pelo interesse de promover o desenvolvimento nas regiões mais atrasadas do Estado.

² O prazo de duração dos incentivos passou a ser de 120 meses, para empresa localizada fora da RMF. O empréstimo poderia alcançar até 80% do ICMS arrecadado e a correção seria dada por 30% do IGP-M. A única alteração para empresas localizadas na RMF foi a aplicação da correção de 60% do IGP-M.

Quadro 1 - Alterações FDI-PROVIN - 1995

Distância quanto à RMF	Fin. Do ICMS	Prazo (Meses)	Carência (Meses)	Retorno	Correção e Juros
Na RMF	60%	72	36	60%	100% IGPM
Até 300km da RMF	75%	120	36	25%	100% IGPM
Entre 300km e 500km da RMF	75%	156	36	25%	100% IGPM
Superior a 500km da RMF	75%	180	36	25%	100% IGPM

Fonte: CEARÁ, 1995.

Em 2002, estes incentivos foram alterados mais uma vez, ocasião em que se buscava incentivar a localização de empresas em determinados municípios, notadamente naqueles que possuíam algum germe de aglomeração industrial (PONTES, 2003).

A política de incentivo à industrialização do Estado do Ceará, sofreu uma profunda modificação em seus princípios conceituais e operacionais com a edição do Decreto nº 27.040, de 9 de maio de 2003.

De fato, aquele diploma legal, refletia a nova orientação do Governo de tratar os incentivos fiscais como instrumento válido de política, desde que fundamentado dentro de uma lógica econômica robusta. A essência desta lógica é entender o incentivo como um pagamento por externalidades positivas, que não são precificadas e remuneradas pelo sistema de mercado, que empresas industriais atraídas trazem para a economia local.

Para inferir o valor de tais externalidades foi desenvolvido um sistema de pontos que valorizam variáveis como volume de investimento, número de empregos gerados, entre outras. O sistema de pontos é o seguinte:

Quadro 2 - Critérios de pontuação adotados em 2003

Critérios	Pontuação máxima
Volume de investimento	13 pontos
Setores e cadeias produtivas	08 pontos
Geração de emprego	12 pontos
Aquisição de matérias primas e insumo no Ceará	07 pontos
Localização geográfica	06 pontos
Responsabilidade social	04 pontos

Fonte: CEARÁ, 2003.

Adicionalmente, foi estabelecido que o incentivo mínimo fosse de 25% (para zero ponto) e o máximo de 75% (para 50 pontos). Cada ponto obtido pela empresa equivale a 1% (um por cento), a mais, de financiamento de ICMS. O prazo de

pagamento e o retorno também dependem da pontuação obtida pela empresa e estão discriminados nos Quadros 5 e 6.

Quadro 3 - Duração dos incentivos recebidos pelas empresas

Prazo	Pontuação atingida
De 05 anos	De 0 a 24 pontos
De 08 anos	De 25 a 34 pontos
De 10 anos	Mais de 35 pontos

Fonte: CEARÁ, 2003.

Quadro 4 - Retorno dos empréstimos recebidos pelas empresas

Retorno	Pontuação
10%	Mais de 30 pontos
15%	De 20 a 29 pontos
25%	De 0 a 19 pontos

Fonte: CEARÁ, 1995.

Outra novidade desta legislação foi a criação de um sistema de acompanhamento que poderá promover ampliação ou redução nos incentivos concedidos. Nos subtópicos seguintes são apresentados os dados da atração de investimentos após a modificação do mecanismo de incentivo.

3 BASE DE DADOS

Os dados utilizados, neste ensaio, foram fornecidos pela Secretária de Desenvolvimento Econômico (SDE), que é o órgão do Governo do Estado do Ceará responsável pela política de atração de investimentos industriais.

As informações existentes na base de dados são, basicamente, as seguintes: investimento da empresa atraída; número de empregos diretos a serem gerados; município de localização; gênero industrial a que a empresa pertence; estado ou país de origem; data de assinatura do protocolo de intenções; data de inauguração; e razão social.

Como a principal pretensão é a realização de um estudo descritivo sobre as empresas atraídas, o único tratamento dado à base de dados acima foi à atualização dos investimentos a valores de janeiro de 2006³. Para tanto, o índice utilizado foi o IGP-DI. Adicionalmente, as empresas atraídas foram classificadas quanto ao número de empregos previstos e dos valores investidos.

³ A data utilizada como referência para a atualização dos valores foi a da assinatura do protocolo de intenções.

Optou-se, ainda, por dividir o período de janeiro de 2001 a dezembro de 2005 em dois subperíodos, em que o primeiro vai até maio de 2003 e o segundo inicia naquele mês. Este procedimento foi adotado para realizar uma melhor análise das alterações do FDI promovidas em maio de 2003.

4 LOCALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Uma das prioridades da política de desenvolvimento do Estado é a descentralização das atividades industriais (CEARÁ, 2003), ou seja, pretende-se que as empresas industriais localizem-se fora das áreas industrializadas do Ceará. Assim, um primeiro aspecto a ser analisado é a localização das indústrias atraídas pelo FDI⁴.

Na Tabela 1 são apresentados os valores investidos e a previsão de geração de emprego das empresas atraídas entre janeiro de 2001 e maio de 2003. Observa-se, inicialmente, que as empresas atraídas no referido período previam investir mais de 672 milhões de reais e gerar mais de 14 mil empregos, resultando em, aproximadamente, 47 mil reais investido para cada emprego.

Quanto à distribuição dos investimentos constata-se, ainda na Tabela 1, que 47% dos investimentos e 43% do emprego previsto localizaram-se na RMF. Nesta Região o município de Maracanaú foi o mais beneficiado pela atração de investimentos, concentrando mais de 33% do investimento atraído para o Estado.

Tabela 1 - Investimentos atraídos entre janeiro de 2001 e maio de 2003 (R\$ de jan./2006)

Região	Investimento (I)		Emprego direto (L)		I/L
	R\$	%		%	
RMF	315.857.056,11	47,0	6.196	43,3	50.977,58
Maracanaú	225.099.423,28	33,5	2.890	20,2	77.889,07
Caucaia	43.953.628,32	6,5	731	5,1	60.128,08
Pacajús	26.017.772,16	3,9	607	4,2	42.862,89
Demais Municípios	20.786.232,35	3,1	1.968	13,7	10.562,11
Restante do Estado	356.878.345,13	53,0	8.128	56,7	43.907,28
São Benedito	60.019.089,80	8,9	300	2,1	200.063,63
Ubajara	56.308.469,46	8,4	835	5,8	67.435,29
Aracati	46.473.528,20	6,9	1.146	8,0	40.552,82
Camocim	38.397.610,60	5,7	802	5,6	47.877,32
Demais Municípios	155.679.647,07	23,1	5.045	35,2	30.858,21
Total	672.735.401,24	100,0	14.324	100,0	46.965,61

Fonte: SDE, 2006

⁴ Destaque-se que, neste ensaio, optou-se por analisar primeiro o período de janeiro de 2001 a maio de 2003 e, posteriormente, o período de maio de 2003 a dezembro de 2005, dada a alteração da legislação em maio de 2003.

No restante do Estado os municípios de São Benedito e Ubajara destacam-se pelo volume de investimentos. Já Aracati merece destaque pelo número de empregos previsto pelas empresas atraídas. Constatou-se, ainda, que o valor por emprego previsto, no restante do Estado, é pouco inferior àquele verificado na RMF.

Um fato interessante deste período foi o maior volume de investimentos no restante do Estado, ou seja, mais da metade dos investimentos atraídos direcionaram-se para esta Região.

Já no segundo período, que vai de maio de 2003 a dezembro de 2005, é possível constatar, pela Tabela 2, que 72,8% dos investimentos atraídos no período em tela concentraram-se na RMF, o município de Maracanaú continuou a ser o principal destino. Porém, deve-se destacar que houve uma maior dispersão dos investimentos atraídos entre os municípios da RMF.

O segundo destino, dentro da RMF, foi o município de São Gonçalo do Amarante, onde foram alocados 11,7% do investimento atraído. Um possível motivo para a instalação de empresas industriais neste município é a proximidade com o Porto do Pecém. Ou seja, a proximidade com o porto facilitaria o escoamento da produção e/ou o recebimento de insumos das empresas.

Outro fato, que deve estar contribuindo para implantação de empresas em São Gonçalo do Amarante, é o Programa Complexo Industrial e Portuário do Pecém, que "objetiva a efetivação de empreendimentos de grandes impactos para o desenvolvimento econômico do Estado do Ceará" (CEARÁ, 2003, p 65). Assim, é possível que este programa esteja concorrendo com aquele que almeja a descentralização dos investimentos industriais.

No restante do Estado, o município com maior volume de investimento foi o de Quixeramobim. Logo em seguida identificam-se os municípios de Limoeiro do norte e Sobral com o segundo e terceiro, respectivamente, volumes de investimentos alocados no restante do Estado.

Tabela 2 - Investimentos após maio de 2003 (R\$ de jan./2006)

Região	Investimento (I)		Emprego direto (L)		I/L
	R\$	%	Qt	%	
RMF	785.794.343,94	72,8	15.775	61,7	49.812,64
Maracanaú	375.577.077,49	34,8	3.763	14,7	99.807,89
São Gonçalo do Amarante	126.564.154,80	11,7	680	2,7	186.123,76
Fortaleza	85.721.932,13	7,9	3.136	12,3	27.334,80
Pacatuba	70.547.797,02	6,5	1.879	7,3	37.545,39
Horizonte	62.991.255,67	5,8	3.489	13,6	18.054,24
Demais Municípios	64.392.126,82	6,0	2.828	11,1	22.769,49
Restante do Estado	293.006.736,34	27,2	9.811	38,3	29.865,12
Quixeramobim	97.851.598,60	9,1	470	1,8	208.194,89
Limoeiro do Norte	28.356.014,29	2,6	820	3,2	34.580,51
Sobral	28.291.771,72	2,6	520	2,0	54.407,25
Demais Municípios	138.507.351,73	12,8	8.001	31,3	17.311,26
Total	1.078.801.080,28	100,0	25.586	100,0	42.163,73

Fonte: SDE, 2006

Relativamente ao emprego previsto pelas empresas incentivadas é possível observar, ainda na Tabela 2, que este também se concentrou na RMF, no entanto, as vagas de trabalho previstas estavam mais dispersas do que o investimento.

Na RMF o município de Maracanaú foi, também, o que concentrou o maior número de postos de trabalho, acumulando 14,7% do emprego previsto. Em seguida, vem o município de Horizonte com 13,6% dos postos. Destaque-se, que este último município, apresentou o menor investimento por posto de trabalho na RMF.

No restante do Estado 31,3% do emprego previsto estava disperso por um total de 36 municípios, ou seja, a geração de emprego estava bem mais dispersa do que o investimento. Como consequência deste fato, o investimento por emprego previsto, no restante do Estado, foi de apenas 17,3 mil reais.

Dois importantes fatos podem ser observados do exposto acima, o primeiro, é que, apesar do crescimento da concentração de investimentos na RMF, mais municípios desta região receberam empresas atraídas pelo FDI, ou seja, houve uma desconcentração de investimentos dentro da RMF. Este primeiro fato sugere que as alterações de 2003 não contribuíram para uma maior descentralização dos investimentos industriais.

Em segundo lugar, observa-se que houve uma queda no valor investido por posto de trabalho previsto no restante do Estado levando a crer, portanto, que as empresas que se instalam fora da RMF são mais intensivas em trabalho.

O fato de a empresa ser intensiva em trabalho pode ser considerado como positivo quanto à geração de emprego, ou seja, estas empresas contribuem para uma maior abertura de postos de trabalho. No entanto, deve-se frisar que estas empresas são menos intensivas em tecnologia, o que pode implicar em menores externalidades geradas pelas empresas atraídas.

5 INVESTIMENTOS POR SETOR

Na política de desenvolvimento econômico, implementada pela Secretária de Desenvolvimento Econômico (SDE), estabelece os setores prioritários para o desenvolvimento do Estado, e foram classificadas como estruturantes⁵, bens de consumo final⁶, empresas de base tecnológica⁷, indústria de reciclagem e agroindústria.

Nesse sentido, é possível verificar, na Tabela 3, que a indústria têxtil foi o setor com maior volume de investimentos, entre janeiro de 2001 e maio de 2003. As indústrias de alimentos e diversas apresentam o segundo e terceiro, respectivamente, maiores investimentos setoriais.

Ainda na Tabela 3, é possível verificar que o setor de alimentos foi o de maior importância na previsão de geração de empregos, vindo em seguida os setores de confecções e o têxtil. A indústria de calçados, apesar de não se destacar no volume de investimentos, apresenta significativo papel na previsão de geração de emprego.

Tabela 3 - Investimento por setor entre janeiro de 2001 e maio de 2003 (R\$ de jan./2006)

Gênero	Investimento (I)		Emprego direto (L)		I/L
	R\$	%	Qt.	%	
Produtos de mineração não metálicos	3.783.232,75	0,6	170	1,2	22.254,31
Metal-mecânica	51.121.072,15	7,6	826	5,8	61.889,92
Madeira e mobiliário	15.412.698,98	2,3	443	3,1	34.791,65
Papel, papelão, celulose e borracha	2.085.543,96	0,3	107	0,7	19.491,07
Química, farmacêutica e veterinária	7.511.869,95	1,1	631	4,4	11.904,71
Produtos de materiais plásticos	8.165.269,36	1,2	336	2,3	24.301,40
Têxtil	213.550.864,45	31,7	2.100	14,7	101.690,89
Vestuário, artefatos e tecidos de viagem	23.848.156,38	3,5	2.688	18,8	8.872,08
Alimentos	178.915.272,73	26,6	3.608	25,2	49.588,49
Editorial e gráfica	3.168.461,22	0,5	183	1,3	17.314,00
Diversos	128.040.502,86	19,0	1.325	9,3	96.634,34
Calçados e componentes	29.594.401,37	4,4	1.867	13,0	15.851,31
Construção	7.538.055,09	1,1	40	0,3	188.451,38
Total	672.735.401,24	100	14.324	100	46.965,61

Fonte: SDE, 2006

⁵ Siderurgia, refinaria, energia alternativa e bens de capital.

⁶ Couro e calçados, confecções, moveis, têxteis, eletro-eletrônica e metal-mecânica.

⁷ Empresas provenientes das incubadoras de base tecnológica, TI, farmoquímica, biotecnologia, engenharia genética, energia renovável, óleos essenciais e fisioterápicos.

De forma geral, é possível afirmar que as empresas atraídas entre janeiro de 2001 e maio de 2003 são, de acordo com a classificação da SDE, as que produzem bens de consumo finais e pertencentes a setores considerados como tradicionais.

A distribuição setorial dos investimentos e dos empregos previstos no período de maio de 2003 a dezembro de 2005 é apresentada na Tabela 4. Na referida Tabela é possível constatar que o setor com maior volume de investimentos foi à indústria têxtil.

As indústrias de alimentos, químicos e metal-mecânica apresentaram, respectivamente, o segundo, terceiro e o quarto setores com maiores volumes de investimentos. Nota-se, portanto, que os setores tradicionais continuaram a ser os mais beneficiados pela política de atração de investimentos do Ceará.

Tabela 4 - Investimentos após maio de 2003 por setor (R\$ de jan./2006)

Gênero	Investimento (I)		Emprego direto (L)		I/L
	R\$	%	Qt.	%	
Produtos de mineração não metálicos	15.506.495,53	1,4	167	0,7	92.853,27
Metal-mecânica	116.995.965,65	10,8	1.519	5,9	77.021,70
Material Elétrico Eletrônico	10.323.819,25	1,0	888	3,5	11.625,92
Madeira e mobiliário	12.726.061,14	1,2	744	2,9	17.104,92
Papel, papelão, celulose e borracha	36.402.427,78	3,4	916	3,6	39.740,64
Química, farmacêutica e veterinária	123.804.573,68	11,5	1.135	4,4	109.078,92
Produtos de materiais plásticos	54.539.661,61	5,1	1.270	5,0	42.944,62
Têxtil	241.926.249,96	22,4	1.978	7,7	122.308,52
Vestuário, artefatos e tecidos de viagem	51.023.910,34	4,7	3.254	12,7	15.680,37
Alimentos	203.843.971,71	18,9	5.645	22,1	36.110,54
Bebidas	6.940.476,84	0,6	273	1,1	25.422,99
Editorial e gráfica	3.594.392,51	0,3	127	0,5	28.302,30
Diversos	112.436.829,08	10,4	995	3,9	113.001,84
Calçados e componentes	88.736.245,20	8,2	6.675	26,1	13.293,82
Total	1.078.801.080,28	100	25.586	100	42.163,73

Fonte: SDE, 2006

Na previsão de geração de emprego o setor calçadista desponta como o mais importante, respondendo por mais 26% do número de postos de trabalho a serem abertos. Em seguida destacam-se, nesta ordem, as indústrias de alimentos, a de vestuário e a têxtil.

Observa-se, mais uma vez, a importância das indústrias de setores tradicionais entre os setores beneficiados pelo FDI, sendo possível verificar coincidência entre os setores com maior volume de investimento nos dois períodos em análise. A exceção ocorre no setor químico⁸, que despontou entre os de maior volume de investimento no período posterior a maio de 2003.

⁸ Destaque-se que as empresas produtoras de fármacos e produtos veterinários são classificadas como do setor químico.

Assim como no período anterior, as empresas classificadas como produtoras de bens finais continuaram a ser as principais beneficiárias do FDI. Portanto, a alteração efetivada em maio de 2003 não surtiu o efeito de diversificar os setores beneficiados pelo FDI.

6 OS INVESTIMENTOS POR DESTINO

Já foram analisadas as informações de investimentos por setor e localização restando, ainda, analisar a distribuição espacial dos investimentos setoriais que será realizado neste tópico. Para tanto, foram selecionados os quatro setores com maior volume de investimento (têxtil, alimentos, diversos e metal-mecânico) e os quatro com maior previsão de geração de emprego (alimentos, vestuário, têxtil e calçados). Os dados selecionados foram organizados na Tabela 5, para o período de janeiro de 2001 a maio de 2003, e na Tabela 6, para o período posterior a maio de 2003.

No setor metal-mecânico é possível constatar que, no período de janeiro de 2001 a maio de 2003, 80% do investimento e cerca de 67% do emprego previsto concentraram-se no município de Caucaia, na RMF. No setor têxtil, a concentração de investimentos foi ainda maior, já que Maracanaú concentrou quase 89% do investimento e 67% do emprego previsto.

Na indústria de vestuário, ainda no primeiro período, os investimentos também se concentraram em Maracanaú, porém houve uma maior dispersão, dentro da RMF, dos investimentos deste setor. Relativamente ao emprego previsto, observa-se que o mesmo também estava menos concentrado dentro da RMF.

A indústria de alimentos apresentou menor concentração de investimentos na RMF, isto é, cerca de 83% dos investimentos atraídos foram alocados no restante do Estado. O emprego previsto por esta indústria destinava-se, em sua maioria, ao Restante do Estado.

A indústria calçadista e a diversas também concentraram seus investimentos e geração de emprego no restante do Estado.

Já para o período posterior a maio de 2003, é possível constatar, pela Tabela 6, que os investimentos e os empregos previstos pela indústria metal-mecânica concentraram-se, primordialmente, no município de Maracanaú.

Os investimentos da indústria química concentraram-se, principalmente, no município de São Gonçalo do Amarante, provavelmente, a proximidade com o Porto de Pecém influenciou a localização dos investimentos deste setor industrial. Já o emprego previsto pelo setor químico está menos concentrado que o investimento, porém a maioria das vagas a serem abertas está na RMF.

A indústria têxtil, a exemplo do período anterior, continua concentrando seus investimentos e geração de empregos no município de Maracanaú. Este fenômeno pode ser decorrência de externalidades positivas, para o setor têxtil, existentes neste município.

Tabela 5 - Investimento por setor e município entre janeiro de 2001 e maio de 2003 (R\$ de Jan/2006)

Região	Metal-mecânico		Química		Têxtil		Confecções		Alimentos		Calçados		Total	
	Investimento	Emprego	Investimento	Emprego	Investimento	Emprego	Investimento	Emprego	Investimento	Emprego	Investimento	Emprego	Investimento	Emprego
RMF	46.898.603,83	707	213.550.864,45	2.100	19.886.176,52	2.255	29.756.079,20	752	653.786,99	110	4.239.362,38	413	314.984.873,37	6.337
Maracanau	3.380.215,65	100	187.559.514,36	1.400	13.392.284,63	1.000	-	-	-	-	-	-	204.332.014,64	2.500
Caucaia	40.912.604,49	553	-	-	1.188.001,66	73	633.089,82	81	-	-	-	-	42.733.695,97	707
Pacajús	-	-	24.349.608,41	500	485.990,26	55	-	-	-	-	-	-	24.835.598,67	555
Demais Municípios	2.605.783,69	54	1.641.741,68	200	4.819.899,97	1.127	29.122.989,38	671	653.786,99	110	4.239.362,38	413	43.083.564,08	2.575
Restante do Estado	4.222.468,31	119	-	-	3.961.979,86	433	149.159.193,53	2.856	127.386.715,88	1.215	25.355.038,99	1.454	310.085.396,56	6.077
São Benedito	-	-	-	-	-	-	-	-	60.019.089,80	300	-	-	60.019.089,80	300
Ubajara	-	-	-	-	-	-	-	-	56.308.469,46	835	-	-	56.308.469,46	835
Aracati	-	-	-	-	-	-	46.473.528,20	1.146	-	-	-	-	46.473.528,20	1.146
Camocim	-	-	-	-	-	-	38.397.610,60	802	-	-	-	-	38.397.610,60	802
Demais Municípios	4.222.468,31	119	-	-	3.961.979,86	433	64.288.054,72	908	11.059.156,62	80	25.355.038,99	1.454	108.886.698,50	2.994
Total	51.121.072,15	826	213.550.864,45	2.100	23.848.156,38	2.688	178.915.272,73	3.608	128.040.502,86	1.325	29.594.401,37	1.867	625.070.269,93	12.414

Fonte: SDE, 2006

Tabela 6 - Investimento por setor e município após maio de 2003 (R\$ de Jan/2006)

Região	Metal-mecânico		Química		Têxtil		Confecções		Alimentos		Calçados		Total	
	Investimento	Emprego	Investimento	Emprego	Investimento	Emprego	Investimento	Emprego	Investimento	Emprego	Investimento	Emprego	Investimento	Emprego
RMF	115.004.544,96	1.434	119.986.722,85	1.085	241.775.728,15	1.933	44.660.713,65	1.790	94.486.060,34	2.456	52.382.824,27	3.239	668.296.594,21	11.937
Maracanau	112.769.726,23	1.234	11.495.376,50	270	227.430.411,26	1.560	798.793,60	158	-	-	-	-	352.494.307,59	3.222
São Gonçalo do Amarante	-	-	100.166.830,34	490	-	-	-	-	19.162.585,13	40	-	-	119.329.415,47	530
Fortaleza	2.069.062,47	140	5.704.874,75	183	11.450.666,56	50	3.336.815,55	432	50.564.796,78	1.881	-	-	73.126.216,11	2.686
Demais Municípios	165.756,26	60	2.619.641,26	142	2.894.650,32	323	40.525.104,50	1.200	24.758.678,43	535	52.382.824,27	3.239	123.346.655,04	5.499
Restante do Estado	1.991.420,69	85	3.817.850,84	50	150.521,82	45	6.363.196,69	1.464	109.357.911,37	3.189	36.353.420,93	3.436	158.034.322,34	8.269
Quixeramobim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.816.093,55	120	2.816.093,55	120
Licoreiro do Norte	-	-	-	-	-	-	-	-	28.356.014,29	820	-	-	28.356.014,29	820
Sobral	-	-	-	-	-	-	-	-	28.037.378,86	392	254.392,87	128	28.291.771,72	520
Demais Municípios	1.991.420,69	85	3.817.850,84	50	150.521,82	45	6.363.196,69	1.464	52.964.518,23	1.977	33.282.934,52	3.188	98.570.442,78	6.809
Total	116.995.965,65	1.519	123.804.573,68	1.135	241.926.249,96	1.978	51.023.910,34	3.254	203.843.971,71	5.645	88.736.245,20	6.675	826.330.916,55	20.206

Fonte: SDE, 2006

Os investimentos e empregos previstos pela indústria de confecções também estão concentrados na RMF.

A indústria de alimentos foi o único setor, no período de maio de 2003 a dezembro de 2005, em que os investimentos no restante do Estado superaram os da RMF. É possível destacar, pela Tabela 6, que nenhum município, do restante do Estado, concentrou os investimentos deste setor, ou seja, o investimento estava disperso no restante do Estado.

Na RMF os investimentos da indústria de alimentos direcionaram-se, principalmente, ao município de Fortaleza. Estas observações também valem para o emprego previsto pela indústria de alimentos. Por fim, os investimentos da indústria calçadista concentraram-se na RMF, porém foram previstas mais vagas de trabalho no restante do Estado do que na RMF.

Assim, é possível afirmar que a indústria de alimentos é o setor que tem dado maior contribuição, após maio de 2003, para a descentralização de investimentos no Restante do Estado.

Já nos demais setores, existe a hipótese de que os maiores benefícios concedidos pelo FDI não estão compensando a falta de externalidades positivas no restante do Estado.

7 OS INVESTIMENTOS POR ORIGEM

Quanto à origem dos investimentos é possível verificar, pela Tabela 7, que as empresas originárias do Ceará respondem, entre janeiro de 2001 e maio de 2003, por mais de 57% do investimento atraído para o Estado. Estes capitais também respondem por parte significativa do emprego direto previsto em protocolo.

Os investimentos provenientes da Grã-Bretanha e Holanda destacam-se como a segunda maior origem dos recursos atraídos para o Ceará. O Estado de São Paulo foi a terceira maior origem dos investimentos atraídos.

As inversões originárias do estrangeiro, com exceção da Alemanha, previam investimentos superiores a 98 mil reais para cada emprego previsto, ou seja, apresentam média bem superior àquela dos investimentos atraídos dentro do país.

Tabela 7 - Origem dos investimentos entre janeiro de 2001 e maio de 2003 (R\$ de jan./2006)

Origem	Investimento (I)		Emprego direto (L)		I/L
	R\$	%	Qt.	%	
Ceará	386.393.750,00	57,4	8.797	61,4	43.923,35
São Paulo	95.622.925,89	14,2	1.988	13,9	48.100,06
Rio Grande do Sul	6.623.379,25	1,0	1.110	7,7	5.967,01
Outros Estados	3.428.269,52	0,5	186	1,3	18.431,56
Grã Bretanha-Holanda	116.327.559,26	17,3	1.135	7,9	102.491,24
Alemanha	42.005.392,19	6,2	918	6,4	45.757,51
Portugal	14.796.070,05	2,2	150	1,0	98.640,47
Itália	7.538.055,09	1,1	40	0,3	188.451,38
Total	672.735.401,24	100,0	14.324	100,0	46.965,61

Fonte: SDE, 2006.

Observa-se, assim, que neste período os capitais de origem cearenses foram os principais beneficiários do sistema de atração de investimentos no Estado.

Para o período posterior a maio de 2003, é possível verificar, na Tabela 8, que os capitais oriundos do Ceará respondiam por 36,7% dos investimentos atraídos pelo FDI após maio de 2003. No entanto este percentual é inferior àquele observado no período de janeiro de 2001 a maio de 2003.

Os capitais originários de São Paulo são a segunda maior fonte de investimentos atraídos pelo FDI. Observa-se, ainda na Tabela 7, que os investimentos estrangeiros, quando comparado com o período anterior, apresentaram significativa perda de importância.

Tabela 8 - Origem dos investimentos após maio de 2003 (R\$ de jan./2006)

Origem	Investimento (I)		Emprego direto (L)		I/L
	R\$	%	Qt.	%	
Ceará	396.384.417,61	36,7	10.378	40,5	38.194,68
São Paulo	263.332.358,37	24,4	6.103	23,8	43.148,02
Santa Catarina	155.494.420,72	14,4	1.700	6,6	91.467,31
Rio de Janeiro	95.035.505,05	8,8	350	1,3	271.530,01
Outros Estados	89.596.866,67	8,3	4.071	15,9	22.008,56
Estrangeiro	78.957.511,86	7,3	2.984	11,6	26.460,29
Total	1.078.801.080,28	100,0	25.586	100,0	42.163,73

Fonte: SDE, 2006.

As empresas originárias do Ceará apresentam, também, significativa importância no número de empregos previsto, respondendo por mais de 40% dos postos de trabalho a serem abertos. Em seguida, destacam-se as empresas provenientes do Estado de São Paulo.

Apesar da notória importância que as empresas cearenses ainda guardam, tanto no total investido como na geração de emprego, deve-se destacar que estas empresas perderam um pouco de sua importância, ou seja, houve uma maior diversificação na origem das empresas atraídas pelo FDI. Assim, a atual legislação do FDI pode estar contribuindo para a atração de investimentos de outros estados.

8 O PERFIL DAS EMPRESAS INCENTIVADAS

O Plano de Governo de 2003 estabelecia, ainda, que deveria ser priorizada a atração de empresas de médio e grande porte para o Estado. Neste tópico será analisado se a alteração do FDI contribuiu para esta meta do Governo.

Um último ponto a ser analisado, para o período de janeiro de 2001 a maio de 2003, é o perfil das empresas atraídas. Para esta tarefa será utilizada a Tabela 9. Nesta Tabela são apresentados o número de empresas atraídas de acordo com o valor do investimento e o número de empregos previstos.

Inicialmente observa-se que 50 empresas atraídas previam abertura de menos de 100 postos de trabalho, ou seja, mais da metade das empresas são consideradas, pelo número de empregados, como micro⁹ ou pequenas¹⁰ empresas. As médias¹¹ empresas totalizaram 27 unidades e as grandes¹² apenas oito.

Tabela 9 - Empresas atraídas por faixa de investimento e geração de emprego entre jan./2001 e mai. 2003

Faixa de investimento	0	até 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
Até 499.999	1	2	1	4					8
De 500.000 a 999.999		1	1	8	3				13
De 1.000.000 até 2.999.999			2	20	9		1		32
De 3.000.000 até 4.999.999			1	5	1	2	1		10
De 5.000.000 até 14.999.999			2	2	7			1	12
De 15.000.000 até 39.999.999	1					2	3		6
Mais de 40.000.000						2	2		4
Total Global	1	3	7	39	21	6	7	1	85

Fonte: SDE, 2006

Relativamente à classe de investimento verifica-se, ainda na Tabela 9, que 53 empresas previam investimentos inferiores a três milhões de reais. Constata-se, ainda, que apenas 10 empresas previam investimentos superiores a 15 milhões de reais.

⁹ Até 19 empregados.

¹⁰ De 20 a 99 empregados.

¹¹ De 100 a 499 empregados.

¹² Mais de 500 empregados.

Relativamente ao período posterior a maio de 2003, é possível verificar, pela Tabela 10, que 49 empresas previam abrir menos de 100 postos de trabalho, ou seja, menos da metade das empresas atraídas. Comparativamente com o período anterior foram atraídos menos micro e pequenas empresas industriais e, portanto, foram atraídas mais médias e grandes empresas.

Na classe de investimentos é possível verificar que 16 empresas previam investir mais de 15 milhões de Reais, isto é, houve um incremento de 60%, quando comparado com o período anterior, no número de empresas com maiores volumes de investimento.

Tabela 10 - Empresas atraídas por faixa de investimento e geração de emprego após maio de 2003

Faixa de investimento	0	até 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
Até 499.999			4	3	4				11
De 500.000 a 999.999			2	7	3	1			13
De 1.000.000 até 2.999.999	1	5	3	12	11	4	1		37
De 3.000.000 até 4.999.999			1	5	4	3			13
De 5.000.000 até 14.999.999				4	6	1	2		13
De 15.000.000 até 39.999.999			1	1	2	2	3		9
Mais de 40.000.000					1	1	2	3	7
Total Global	1	5	11	32	31	12	8	3	103

Fonte: SDE, 2006

Verifica-se, assim, que a alteração do FDI, em maio de 2003, contribuiu efetivamente para a atração de grandes e médios empreendimentos industriais.

9 CONCLUSÃO

A política de atração de investimentos industriais do Ceará tem contribuído para o desenvolvimento estadual desde 1979. No entanto, têm sido necessário, ao longo dos anos, alterações nos mecanismos de incentivo operado por esta política.

Desta forma, foi implementada em maio de 2003, uma nova proposta de concessão de incentivos pelo FDI, onde a tônica era dotar o Estado de um mecanismo de incentivo fundamentado em uma lógica econômica.

Como resultado dos novos mecanismos de incentivo é possível constatar cinco importantes fatos, quando se compara o período anterior e o posterior a maio de 2003. O primeiro, foi o crescimento da concentração dos investimentos industriais na RMF.

O segundo, complementando o primeiro, foi a diversificação da localização dos empreendimentos dentro da RMF. Portanto, é possível afirmar que o FDI está contribuindo parcialmente para a descentralização dos investimentos, que é um dos objetivos da política de desenvolvimento do Ceará.

O terceiro relaciona-se a constatação da pequena contribuição do FDI para a diversificação do setor industrial do Ceará. Isto é, estão sendo atraídas para o Ceará, principalmente, empresas de setores já consolidados no Estado, notadamente os relacionados à indústria de alimentos e têxtil. Isto sugere a necessidade de adoção de políticas complementares ao FDI para a diversificação do parque industrial estadual.

O quarto aspecto, aqui observado, é o crescimento do investimento de empresas industriais originárias de fora do Ceará. Este fato pode estar contribuindo para que sejam trazidas novas tecnologias de processo e de produção para o Estado contribuindo, assim, para a modernização das empresas locais.

A quinta e última constatação observada é o maior número de empresas de médio e grande porte atraídas para o Ceará. É esperado que este tipo de empresa gerasse maiores externalidades e, portanto, contribuam de forma mais efetiva para o desenvolvimento do Estado.

10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEARÁ, Governo do Estado do. **Ceará cidadania** - Crescimento com Inclusão Social, Plano de Governo 2003/2006. Fortaleza, 2003.

_____. **Diário Oficial do Estado**. Imprensa Oficial, maio de 2003b.

_____. **Política de desenvolvimento econômico**. Em www.sde.ce.gov.br, acesso em 30/8/2006.

HOLANDA, Marcos C. e PETERINE, Francis Carlo. Industrial development from tax incentives. **Latin American Business Review**, Special Number, v. 7, Issue 3 and 4. 2006.

PONTES, Paulo Araújo. **Política industrial no Estado do Ceará**: uma análise do FDI-PROVIN, 1979-2002. Dissertação UFC-CAEN, Fortaleza, 2003. (Mestrado)

PONTES, Paulo A.; VIANNA, Pedro Jorge R. **Análise da política de incentivo ao desenvolvimento industrial do Estado do Ceará, no período 2001-2004**. Fortaleza-Ce. IPECE, 2005. Nota Técnica, 12.